

Entre Transições


Retrospectivas – Transversalidades – Perspetivas

Coordenação de Maria Assunção Gato e Pierre Guibentif

dinamia
'cet _iscte



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Título: Entre Transições: Retrospectivas – Transversalidades – Perspetivas

Coordenação: Maria Assunção Gato e Pierre Guibentif

Co-organizadores: Alexandra Saraiva, Andrea Pavoni, Maria Inês Gameiro, Nuno Bento, Patrícia Bento d’Almeida, Dinamizadores das Linhas Temáticas Integradoras do DINÂMIA’CET-Iscte

Revisão de inglês: Mariana Leite Braga

Design gráfico: Bruno Vasconcelos

Fotografia: Pawel Czerwinski on Unsplash

Edição: DINÂMIA’CET-Iscte, 2022

ISBN: 978-989-781-615-4

ÍNDICE

Agradecimentos	I
DINÂMIA'CET-Iscte - Breves notas de um percurso	II
Introdução	7
Desafios num quotidiano em MUTAÇÃO	15
Trabalho digital, tempo de trabalho e teletrabalho – efeitos e desafios pós-pandemia COVID-19 <i>Glória Rebelo</i>	17
Práticas Espaciais Digitalmente Mediadas: conceptualização e problematização das práticas espaciais dos trabalhadores de plataformas de Ride-Sharing e Food-Delivery <i>Nuno Rodrigues, Pedro Costa</i>	26
Desafios da SUSTENTABILIDADE	35
Challenges and opportunities of decarbonization for the economic recovery post-pandemic: The question of directionality in innovation policies <i>Nuno Bento, Margarida Fontes, Juliana Barbosa, Ricardo Paes Mamede</i>	37
Public policies and environmental sustainability. The case of Portugal 2020 <i>Eduardo Medeiros</i>	61
Compras públicas sustentáveis em Portugal: estudo exploratório do sistema de aquisição escolar <i>Maria de Fátima Ferreira, Sofia Bizarro, Isabel Salavisa</i>	71
O Sistema Alimentar e a Pandemia Covid-19 <i>Isabel Salavisa, Maria de Fátima Ferreira, Sofia Bizarro</i>	83
Desafios do CONHECIMENTO e da REGULAÇÃO	95
Hastening Science: Reflectindo sobre o processo científico em tempos pandémicos <i>Patrícia André, Carolina Neto Henriques, Nuno Dias</i>	97
O lugar da fraude financeira <i>Mariana Mortágua</i>	121
A massificação do ensino superior: Novas missões e novos desafios <i>Fátima Suleman</i>	136
Desafios regulatórios da digitalização e da automação <i>Maria Eduarda Gonçalves</i>	141
Desafios das SOCIEDADES COMPLEXAS e seus TERRITÓRIOS	155
Acknowledging the multidimensionality of value creation in cultural activities: an impact self-assessment toolkit <i>Pedro Costa, Elisabete Tomaz, Margarida Perestrelo, Ricardo V. Lopes</i>	157
“Black Swans, ‘The Day After’ and Territorial Development Planning: Learning from ‘Revisiting’ Experimentalism in CET and D’C Research Projects” <i>José Manuel Henriques</i>	173
Transversalidades e Perspetivas	191
<i>Pierre Guibentif e Assunção Gato</i>	
Sessão de tributo a MARIA JOÃO RODRIGUES e a ISABEL GUERRA	199
Tributo a Maria João Rodrigues <i>Isabel Salavisa</i>	201
Is Europe shaping the digital transformation? <i>Maria João Rodrigues</i>	209
Tributo a Isabel Guerra <i>Madalena Matos e Teresa Costa Pinto</i>	216
As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas <i>Isabel Guerra</i>	220

Tributo a Maria João Rodrigues

Conferência entre Transições, organizada pelo DINÂMIA-CET, 2 de junho de 2021

Isabel Salavisa

Os organizadores da Conferência ‘Entre Transições’ do DINÂMIA-CET dirigiram-me o convite irrecusável de prestar tributo, em nome do centro, a Maria João Rodrigues, fundadora e primeira presidente do DINÂMIA, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica, criado em 1989, no ISCTE.

Maria João Rodrigues tem um currículo de excepção, por parâmetros nacionais e internacionais. Conjuga o percurso académico com uma intervenção política de primeiro plano, a nível nacional e a nível europeu.

Pode afirmar-se que conseguiu mobilizar uma sólida preparação intelectual para uma intervenção muito relevante, transformando os seus conhecimentos e capacidades em ação para o bem comum que é o das políticas públicas. Foi governante, deputada europeia e conselheira de decisores políticos na Europa e em outros continentes.

Pensamento e ação que têm tido um maior impacto na construção de agendas para as políticas europeias nos domínios social, ambiental e da promoção da economia do conhecimento. Pode afirmar-se que sempre teve uma visão global, holística, da realidade económica, social e política, e que desde o início pensou muito para além das fronteiras da universidade e do país. Pensou à escala europeia e global, como raros em Portugal, as questões da sociedade e da economia.

A sua atividade e a sua projeção representam um motivo de orgulho para o ISCTE, a que sempre tem estado ligada, para o DINÂMIA-CET, e, mais do que tudo, para o país.

Este tributo a Maria João Rodrigues aborda três domínios: o percurso académico e intelectual; o percurso político; e a centralidade do tema Europa no seu pensamento e ação.

1. Percurso académico e intelectual

Traços fundamentais

Maria João Rodrigues licenciou-se em Sociologia, no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, e seguiu para Paris, onde obteve o doutoramento em Science Économique, na Universidade de Paris I - Sorbonne, em 1987. Na Sorbonne, fez uma transição para a ciência económica, realizando dois Diplomes d’Etudes Approfondies e uma Pós-Graduação antes da obtenção do seu doutoramento. A tese de doutoramento, sobre o sistema de emprego em Portugal após 1974, foi nomeada para o prémio Gaetan Pirou. Pelo trabalho realizado nesse âmbito recebeu o Prémio Nacional Gulbenkian de Ciência e Tecnologia, em 1986. A agregação foi realizada no ISCTE, onde se tornou Professora Catedrática, em 1995.

Como Professora, lecionou sobretudo Economia dos Recursos Humanos e Economia Política Europeia, quer no ISCTE, quer, mais tarde, no Instituto de Estudos Europeus, da Université Libre de Bruxelles. Foi nestes grandes temas que desenvolveu o essencial do seu trabalho de investigação e de aconselhamento, produzindo um vasto número de obras, com destaque para os livros publicados por editoras internacionais de referência.

A internacionalização é uma característica do seu percurso desde cedo. A formação pós-graduada foi realizada no estrangeiro, numa das universidades europeias mais prestigiadas, com um muito reputado orientador, Henri Bartoli, da Universidade da Sorbonne. As ligações internacionais desenvolvem-se especialmente a partir dos anos 1990, depois de uma intensa atividade em Portugal, mas sempre tendo como referência o contexto da Europa.

O seu trabalho académico revela, desde o início, aspetos que se tornam estruturais. O primeiro, é a da multidisciplinaridade/interdisciplinaridade. Com formação de base em sociologia e formação avançada em ciência económica, elegia abordagens que combinavam vários saberes para a análise e compreensão dos fenómenos económicos e sociais, essencialmente interconectados, dinâmicos e complexos.

Estes fenómenos são dificilmente compreensíveis sem a integração das instituições, não apenas entendidas como conjuntos de regras, mas também como configurações concretas. Com efeito, o mercado de trabalho é uma instituição, como aliás qualquer mercado, com o seu conjunto de normas, escritas e não escritas, cristalizadas ao longo do tempo, combinando permanência e mudança, estrutura e agência. Nas instituições, os atores são fundamentais, e podem, com ação individual e coletiva, moldar o seu destino, em interação com a instância da inércia histórica. O facto de ter analisado o mercado de trabalho em Portugal após 1974, permitiu-lhe estudar as transformações dramáticas nele operadas a partir da grande rutura da revolução, que refundou as instituições em Portugal, operando um brutal ‘aggiornamento’ com os países desenvolvidos. Este é um segundo aspeto, que tem fortes implicações, porque o seu trabalho aproxima-a da economia institucionalista e, designadamente, da escola da regulação.

A complexidade dos fenómenos sociais, em sentido lato, isto é, incluindo a esfera da economia, requer uma abordagem sistémica. Regressando ao tema do mercado de trabalho, a que dedicou o seu primeiro livro, a análise dinâmica de sistemas é adotada. A compreensão do todo para a compreensão do singular, a importância fundamental das interações entre agentes e entre fenómenos, a dinâmica da mudança, lenta ou rápida, gradual ou de rutura, tudo isso está contido no terceiro aspeto, que é o da abordagem holística aos temas económicos e sociais.

Todos estes elementos – interdisciplinaridade, importância das instituições para os processos económicos, análise sistémica dos fenómenos económicos e sociais -, estão presentes no percurso intelectual e académico de Maria João Rodrigues e influenciam a sua ação no domínio das políticas públicas.

A criação de instituições

Na academia, a criação de programas e de estruturas de ensino e de investigação é de importância vital, sobretudo num país em que até recentemente o sistema universitário era pouco desenvolvido. Maria João Rodrigues criou, no ISCTE, logo em 1989, o Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, que dirigiu até 1995, e que se mantém hoje, com um nome um pouco alterado e um notável prestígio, tendo formado várias gerações de académicos e de profissionais.

Também em 1989, fundou, com uma dezena de colegas de várias áreas disciplinares, o DINÂMIA – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica, a que presidiu até 1995. O centro assumiu, desde a origem, uma vocação multidisciplinar e interdisciplinar no domínio das ciências sociais, desde a sociologia à ciência económica, e incluindo os métodos quantitativos, a gestão e outras disciplinas, o que era relativamente raro em Portugal. A maioria dos centros eram disciplinares, como aliás continuam a ser. Os programas e financiamentos nacionais e europeus tendiam a concentrar-se em perfis monodisciplinares, o que constituía – e constitui ainda – um desafio particularmente exigente para a pesquisa interdisciplinar.

Tratava-se de uma associação privada sem fins lucrativos, sediada no ISCTE, com uma intensa atividade de investigação e de prestação de serviços, especialmente direcionados a organismos da administração pública nacional, mas também a organismos europeus. Desde cedo, contribuiu para a formulação, acompanhamento e avaliação de programas de políticas públicas em domínios como o emprego, a formação profissional, o desenvolvimento e o planeamento regional e local, e a difusão das novas tecnologias no tecido produtivo.

Liderou igualmente o processo de criação, em 1994, da nova licenciatura em Economia no ISCTE, que havia sido descontinuada no final dos anos setenta. A licenciatura, de quatro anos, procurava diferenciar-se do ensino tradicional da economia, ao incorporar um leque alargado de cadeiras de outras ciências sociais, e ao integrar, como obrigatórias, a economia do trabalho e dos recursos humanos, a economia regional e a economia da inovação. Visou desde início fornecer um ensino ancorado na realidade económica e social, prismático, em diálogo com as outras ciências sociais, e pluralista do ponto de vista teórico e metodológico. Esta perspetiva rejeitava uma abordagem dogmática e redutora da ciência económica, em diálogo praticamente exclusivo com os métodos de modelização e os métodos quantitativos que, obviamente, a nova licenciatura contemplava.

Esta intensa atividade de criação de instituições, indispensável ao desenvolvimento da academia, deu um forte contributo à expansão do ensino e da investigação no ISCTE, designadamente no domínio das ciências sociais. Neste âmbito, contribuiu para a formação de muitos jovens académicos.

A intervenção nas políticas públicas

A busca de intervenção e a visão de que a universidade deve contribuir para a comunidade na sua terceira missão, isto é, na extensão à comunidade, e não apenas nas suas duas missões iniciais - do ensino e da investigação-, exprimem-se nos vários cargos que desempenhou ao longo da primeira metade da década de 1990: perita do Observatório do Emprego e Formação Profissional; consultora do Ministro de Emprego e da Segurança Social; membro do Conselho Económico e Social; e membro do Conselho Geral da JNICT - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Simultaneamente, coordenava e participava em múltiplos projetos de investigação e estudos em áreas como: o emprego e as qualificações; o impacto do mercado único europeu na indústria portuguesa; o impacto regional da reestruturação de setores industriais; o impacto da difusão das tecnologias de informação sobre o emprego e as qualificações. Esses trabalhos, realizados a solicitação de organismos públicos e associações empresariais nacionais, e entidades da Comissão Europeia, visavam contribuir para a formulação de políticas públicas.

No plano europeu, é de destacar a sua intervenção na definição das agendas de investigação em ciências sociais e económicas de vários Programas-Quadro da UE, tendo presidido ao European Commission Advisory Group for Social Sciences, do 6º Programa-Quadro de IDT (2002-2006), e participado nos grupos de aconselhamento do 4º e 5º Programas-Quadro. Mas de referir igualmente o seu papel de conselheira da Comissão Europeia para as políticas sociais, o emprego, a competitividade e o crescimento, em vários períodos distintos.

Baseada numa sólida e multifacetada formação académica, Maria João Rodrigues preocupou-se em converter o seu pensamento em ação, em ser uma académica e intelectual com uma intervenção marcante nas políticas públicas nacionais e europeias, imprimindo a sua marca em muitas delas. Não estudar e investigar apenas, mas contribuir para transformar a realidade, pode ser uma síntese da sua atitude e do seu imenso labor.

2. Percurso político

Grandes marcos

Maria João Rodrigues foi Ministra para a Qualificação e o Emprego (1995-1997), no primeiro governo socialista de António Guterres. O cargo surgiu na sequência lógica da atividade académica. Como governante, empreendeu a reforma do Fundo Social Europeu e do sistema de formação profissional no país, criou o INOFOR, primeira agência nacional para a qualificação, levou a cabo a modernização dos serviços de emprego, e liderou o processo negocial para a generalização da semana de 40 horas de trabalho a todos os setores da economia, assim como para o acordo de concertação estratégica para a adesão ao euro.

Em seguida, como assessora do primeiro-ministro, e no âmbito da preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia, de 2000, foi mentora e coordenadora dos trabalhos de preparação da Estratégia de Lisboa para o período de 2000-2010. Para a concepção da Agenda de Lisboa, recorreu à colaboração de académicos de projeção internacional como Manuel Castells, Robert

Boyer, Esping-Andersen, Robert Lindley e Luc Soete. A Estratégia de Lisboa visava promover a transição da Europa para a economia baseada no conhecimento, salvaguardando o reforço da inclusão social e a defesa do modelo social europeu. Neste contexto, os temas da inovação e da competitividade conquistaram o primeiro plano, em conjugação com a defesa do emprego e da inclusão social. O novo regime de crescimento económico que se defendia tinha de ser compatível com o modelo social europeu construído no pós-guerra.

Ainda nesse período, criou e coordenou o PROINOV – Programa Nacional para a Inovação (2002-2003), com carácter interministerial, onde se desenvolveram estudos e formação para a promoção da inovação no país, em colaboração com académicos de várias áreas. Aqui também se procurava o ‘aggiornamento’ do modelo de crescimento do país, com a promoção de fatores de competitividade avançados, resultantes do recurso intensivo às novas tecnologias de informação e à melhoria substancial da qualificação das pessoas e das organizações. A modernização era imperativa, para afastar definitivamente a economia nacional da espiral negativa de baixos salários, baixas qualificações, fracas produtividade e competitividade e pobreza relativa no contexto dos países desenvolvidos, o que exigia, e exige ainda, a alteração do respetivo padrão de especialização e a transformação de alguns dos grandes sistemas e instituições.

A partir da década de 2000, manteve uma atividade inesgotável como conselheira para o acompanhamento da implementação da Agenda de Lisboa, quer em Portugal, quer na Europa. Foi conselheira especial da Presidência Portuguesa, de 2007, para o Tratado de Lisboa, e para as cimeiras da UE com os parceiros internacionais (África, China, Índia, Rússia e Brasil). Em 2008, presidiu ao Grupo de Alto Nível para a Mobilidade na Europa (nova fase do Programa Erasmus). Participou também nos diálogos para o desenvolvimento sustentável com os parceiros estratégicos da UE – Estados Unidos, China, Índia, Rússia, África do Sul e Brasil (2007-2012). Colaborou ainda na definição de respostas à crise da zona Euro (2008-2019). Simultaneamente, realizou um vastíssimo número de conferências em vários países da Europa, nos Estados Unidos, na China, no Japão e no Brasil.

Na sequência de uma intensa dedicação à causa da construção europeia, foi eleita deputada ao Parlamento Europeu, pelo Partido Socialista, cargo que exerceu entre 2014 e 2019. Nessas funções, foi Vice-Presidente do Grupo ‘Socialistas e Democratas’, um dos dois maiores grupos do parlamento. Em 2017, assumiu o cargo de Presidente da Fundação Europeia para os Estudos Progressistas, fundação sediada em Bruxelas junto das instituições europeias para promover o debate e ‘policy-making’ europeus.

Uma interpretação

No percurso político de Maria João Rodrigues, podem identificar-se quatro dimensões principais, que correspondem a domínios de pensamento e intervenção política:

- Os direitos sociais, com os temas do emprego, das qualificações e da coesão social. Neste capítulo, há que acrescentar ao que foi já assinalado, a contribuição para Estratégia Europeia de Emprego, em 2007, e o trabalho recente desenvolvido para a construção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2016-2020).
- O mundo em devir, de que é exemplo a transição para a sociedade e a economia do conhecimento, tão primordial na formulação da Estratégia de Lisboa, e na respetiva evolução. Ou, dito de outro modo, a perspetiva de que a ação no presente exige reflexão sobre um futuro largamente indeterminado - ou seja, pensamento estratégico -, e de que essa ação se encontra dotada de consideráveis graus de liberdade.
- A visão internacional e global, mesmo quando a desenvolver funções no nosso país. Efetivamente, a sua carreira desenvolveu-se, no essencial, e quase exclusivamente nas últimas duas décadas, em torno da agenda europeia.
- A importância da governação, com a procura de novos modelos de liderança e de funcionamento das instâncias dirigentes, assumida por exemplo com a proposta do método de governação aberta da Estratégia de Lisboa, de 2000, na União Europeia; ou com a elaboração de propostas para a reforma do Sistema das Nações Unidas (2020).

O reconhecimento do seu extraordinário mérito e notáveis contribuições encontra-se expresso nas distinções que recebeu, quer em Portugal, quer noutros países, designadamente:

- A Ordem do Infante Dom Henrique, no grau de Grande Oficial da República Portuguesa, pelas suas funções académicas e públicas e pelo seu contributo para a Europa (2003).
- A Ordre de la Couronne de Chêne au grade de Commandeur, do Grão-Ducado do Luxemburgo, pela sua contribuição para a promoção da Europa social (2000).
- A Légion d'Honneur – Chevalier de la République Française, pelo seu papel na integração europeia e na Estratégia de Lisboa, em 2005, com promoção ao grau de Officier pelo seu papel na Presidência da União Europeia e no Tratado de Lisboa, em 2008.

3. Uma Ideia de Europa

A União Europeia foi construída sobre a imensa destruição e indizível sofrimento provocados pela então recente segunda guerra mundial e pela mais longínqua grande guerra de 1914-1918. Foi erigida sobre uma história de nacionalismos agressivos que construíram impérios e intentaram, pela força das armas, expandir os seus “espaços vitais”. Nunca foi apenas um espaço económico. Foi sempre um projeto político de enorme alcance. Um projeto que englobava, desde a fundação, apesar da predominância inicial das tarefas de reconstrução e das questões económicas, uma dimensão social e uma dimensão cultural e de civilização incontornáveis.

Foi esta a aposta e esta a missão dos seus fundadores e dos seus continuadores. É a esta luz que se deve interpretar a ação dos que têm ativamente procurado contribuir para a construção europeia e para o aprofundamento do projeto europeu. Neles se incluem, entre muitos, Maria João Rodrigues.

George Steiner propôs-se descrever a especificidade da Europa, aquilo que a distingue dos outros mundos, mesmo os dos outros países desenvolvidos, em certo sentido o que de essencial a caracteriza. Em “A Ideia de Europa”, conferência proferida em 2004, Steiner enunciou quatro axiomas da singularidade europeia. Começou por falar dos cafés da Europa, desde o café lisboeta que Fernando Pessoa frequentava, aos cafés de Odessa, Copenhaga, Viena, Paris, Milão, Genebra. Espaços de debate intelectual, conspiração política, bisbilhotice e encontros amorosos. Segundo axioma: as cidades europeias percorrem-se a pé, a paisagem urbana é crucial para os europeus, para a humanidade europeia, escreveu, e estão impregnadas de história. As suas ruas, praças, monumentos evocam estadistas, militares, artistas, poetas, cientistas, filósofos. Não são designadas por números, como no novo mundo, que se construiu sobre o que ele designa de “amnésia criativa” – terceiro axioma. Finalmente, e este é o quarto axioma, a Europa resulta de uma “dualidade conflitual e sincrética”, a “dupla herança de Atenas e Jerusalém”. Steiner escreveu: “Ser europeu é tentar equilibrar moral, intelectual e existencialmente os ideais concorrentes, as pretensões e a prática das cidades de Sócrates e de Isaías”. Aqui se geraram as formas mais elevadas da música, da matemática e do pensamento especulativo – filosofia e poesia. Aqui teve lugar a revolução industrial, aqui se criou a ciência moderna e a modernidade, aqui se desenvolveram os ideais humanistas, apesar da ferocidade territorial, do holocausto, e da banalidade do mal em tantos períodos da sua história.

É este legado ideal que Rob Riemen retoma, quando, a partir da crítica da visão burocrática e economicista da entidade europeia, da ascensão dos nacionalismos e da xenofobia, escreve sobre “O Regresso da Princesa Europa”, ou seja, sobre uma identidade que busca no humanismo e na grande cultura a sua razão última.

Nesta homenagem a Maria João Rodrigues não seria possível deixar de sublinhar o que representa a construção europeia, e quão importantes foram, e são, os contributos de todos os que, como ela, pensam, trabalham e agem para promover e reforçar o projeto europeu, numa perspetiva progressista e muito para além da substância das matérias económicas, apesar de muito importantes. Projeto europeu que procura conciliar crescimento, coesão social, transformação digital, transição climática e autonomia estratégica, numa agenda praticamente ciclópica. Projeto europeu que exige enorme capacidade de pensar, imaginar, inventar, e que Maria João Rodrigues assumiu com determinação total.

Agradecemos a Maria João o que tem feito pelo bem público e desejamos que prossiga o seu notável trabalho, a sua obra, a sua ação.

Lisboa, junho de 2021 e março de 2022

Principais livros de Maria João Rodrigues

Rodrigues, M.J. (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal – Crise e Mutações*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, e 1992 (2ª edição).

Rodrigues, M.J. (1991), *Competitividade e Recursos Humanos – Dilemas de Portugal na Construção Europeia*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994 (2ª edição) e 1998 (3ª edição).

Rodrigues, M.J. (ed.) (2002), *The New Knowledge Economy in Europe – A Strategy for International Competitiveness and Social Cohesion*, em colaboração com R. Boyer, M. Castells, G. Esping-Andersen, R. Lindley, B.Å. Lundvall, L. Soete, M. Telò e M. Tomlinson, Edward Elgar, Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA.

Versão francesa: *Vers une société européenne de la connaissance: La Stratégie de Lisbonne 2000-2010*, Institut d'Etudes Européennes, Edições da Universidade Livre de Bruxelas, Bruxelas, 2004.

Edição portuguesa: *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento – Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

Rodrigues, M.J., Godinho, M.M., Neves, A. (eds.) (2003), *Para uma Política de Inovação em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Rodrigues, M.J. (2003), *European Policies for a Knowledge Economy*, Edward Elgar, Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA.

Edição portuguesa: *A Agenda Económica e Social da União Europeia – A Estratégia de Lisboa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2004.

Rodrigues, M.J. (ed.) (2009), *Europe, Globalization and the Lisbon Agenda*, em colaboração com I. Begg, J. Berghman, R. Boyer, B. Coriat, W. Drechsler, J. Goetschy, B.Å. Lundvall, P.C. Padoan, L. Soete, M. Telò e A. Török, Edward Elgar, Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA.

Rodrigues, M.J. (2013), *Europe is Still Possible – Political Adventures in the 21st Century*, XLibris – Penguin Group, UK.

Edição portuguesa: *A Europa Ainda é Possível – Aventuras Políticas no Século XXI*, Editorial Presença, Lisboa, 2013

Rodrigues, M.J. (2013), *Progressive Policy Making for the European Union*, Foundation for European Progressive Studies, Bruxelas.

Rodrigues, M.J., Xiarchogiannopoulou, E. (eds.) (2016), *The Eurozone Crisis and the Transformation of EU Governance: Internal and External Implications (Globalisation, Europe, and Multilateralism)*, Routledge, Abingdon, UK.

Rodrigues, M.J. (ed.) (2021), *Our European Future – Charting a Progressive Course in the World*, com a colaboração de François Balate, Foundation for European Progressive Studies and London Publishing Partnership, London, UK.